

Ecologia do combate à doutrinação: a produção da crise de confiança nas escolas¹

Renata Aquino²

Resumo: Esse texto articula os campos dos estudos sobre desinformação e bolsonarismo à análise do combate à doutrinação avançado por grupos da extrema direita. Proponho compreender o fenômeno da perseguição a professores como fenômeno ensejado pela atuação de uma ecologia (Nunes, 2023). Inicialmente, discuto o saber docente, socialmente produzido e legitimado por instituições (Tardif, 2014). O combate à doutrinação tensiona esse circuito que legitima esses saberes, gerando processos que desestabilizam sistemas de peritos e corroem a confiança social na ciência e na educação (Cesarino, 2021, 2022). O texto destaca a historicidade dos saberes docentes, a partir da ideia de que a legitimidade do ofício dos professores depende de um sistema social (universidade, sindicatos, ministérios). Esse sistema é atacado por meio de discursos de ódio e práticas de censura, que reconfiguram a imagem do professor — de mediador do saber à figura suspeita de “doutrinador”. A perseguição, disseminada por atores diversos (famílias, parlamentares, influenciadores), manifesta tanto a desintermediação da autoridade docente quanto sua reintermediação por novos mediadores digitais. A autora propõe a noção de “ecologia do combate à doutrinação” para designar o ambiente distribuído de relações entre produtores de conteúdo, agentes políticos e religiosos que transformam o enfrentamento à “doutrinação” em empreendedorismo político, fenômeno associado às lógicas de plataformização e precarização do trabalho. A pesquisa busca, assim, analisar a perseguição a professores como componente da pós-verdade e da reorganização da direita, contribuindo para o debate sobre educação democrática e políticas de proteção à categoria docente.

¹ Agradeço aos professores Gabriel Banaggia (PUC-Rio) e Leticia Cesarino (UFSC), coordenadores do *ST 05 - Antropologia Digital: novas fronteiras e desafios emergentes*, pelos comentários à comunicação oral e aos próximos passos da pesquisa cujos primeiros contornos são apresentados aqui.

² Doutoranda na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História Social (PPGHS-FFP/UERJ). Pesquisadora no Observatório Nacional da Violência contra Educadoras/es (ONVE). Membro do coletivo Professores contra o Escola sem Partido (PCESP).

Palavras-chave: censura, perseguição a professores, sistema de peritos, empreendedorismo político.

Esse texto apresenta a arquitetura de uma pesquisa de doutoramento em curso destacando uma articulação entre os campos de estudos sobre desinformação e bolsonarismo, especialmente a partir de autores que têm pensado com a cibernética (Cesarino, 2021, 2022; Nunes, 2023), e as análises sobre a utilização da educação básica como plataforma de produção de conteúdo para tensionar consensos estabelecidos após o final da ditadura militar durante a reorganização da direita no Brasil no século XXI (Rocha, 2018; Neto, 2025). Embora fenômenos como o movimento antigênero (Junqueira, 2022; Corrêa; Prado, 2024) e o grupo ‘escola sem partido’ tenham sido e continuem sendo frequentemente estudados, a literatura tendeu a investigá-los como manifestações do conservadorismo, do anticomunismo, ou da reorganização da direita, e menos como um caso de desinformação, negacionismo, pós-verdade. Minha aposta é que pensar esses processos a partir das lentes da cibernética e de uma reflexão sobre formas contemporâneas de produção de verdades trarão interpretações relevantes ainda pouco exploradas.

Uma profissão cuja matéria prima é o saber

Sob certo ângulo, meu desejo é informar uma análise da conjuntura recente da pós-verdade a partir do enfoque em uma categoria específica de peritos, aqueles que atuam enquanto tais na educação básica³. A escola é espaço do acesso à igualdade e à diferença (Cury, 2002), especialmente em regimes políticos estabelecidos sobre princípios pluralistas, teoricamente dispostos a ampliar a esfera dos direitos de maneira universal sem homogeneizar todos os cidadãos. Ela também faz parte da rede de proteção à infância e à adolescência, preconizando que a garantia dos direitos humanos de pessoas nesse momento da vida é um dever de toda a sociedade, e não somente dos tutores. Nesse

³ Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/1996), a educação básica é formada pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio.

sentido, a escola é também a instituição responsável por introduzir estudantes numa esfera pública (Masschelein; Simmons, 2018; Honneth, 2014), marcando a entrada da criança ou jovem em um âmbito da vida social onde seu posicionamento e status não advém do núcleo familiar, mas do seu pertencimento a uma esfera diferente. Ali, o/a estudante é um/a sujeito de direitos, um/a aluno/a, alguém em processo de aprender. Os saberes dos quais esse sujeito vai se apropriar ao longo da formação são entendidos como fundamentais para que ele/a possa atuar plenamente como cidadão. Nesse percurso, as pessoas exercendo a docência são como guias nessa apropriação de saberes, atuando na mediação da relação desses/as estudantes com o saber.

A centralidade do saber é um traço definidor da profissão docente. Por isso mesmo, é profundamente complexo de interpretar. É notório que docentes mobilizam muito mais saberes além daqueles chamados do currículo, isto é, da sua área de referência, como por exemplo o saber historiográfico dos professores de história. Dada a pluralidade de saberes que são mobilizados no ato de ensinar, a natureza dos saberes profissionais docentes é um tópico canônico de investigação na pedagogia, (Tardif; Raymond, 2000). Esses estudos analisam como saberes do currículo são mobilizados para serem ensinados a uma audiência de cidadãos sendo inseridos em um mundo público maior do que e anterior às suas famílias (Penna; Aquino, 2016), o que nos leva a pensar outras categorias de saberes que também são mobilizadas: repertório cultural, trajetória de vida, saberes de gestão de sala de aula, dentre muitos outros. Nesse campo de discussões, Maurice Tardif (2014) afirma com veemência que a seu ver o saber dos professores é um saber profundamente social. Ele diz:

Em primeiro lugar, esse saber é social porque é partilhado por todo um grupo de agentes - os professores - que possuem uma formação comum (embora mais ou menos variável conforme os níveis, ciclos e graus de ensino), trabalham numa mesma organização e estão sujeitos, por causa da **estrutura coletiva de seu trabalho cotidiano**, a **condicionamentos e recursos comparáveis**, entre os quais programas, matérias a serem ensinadas, regras do estabelecimento, etc. (...)

Em segundo lugar, **esse saber é social porque sua posse e utilização repousam sobre todo um sistema que vem garantir a sua legitimidade e orientar sua definição e utilização**: universidade, administração escolar, sindicato, associações profissionais,

grupos científicos, instância de atestação e de aprovação das competências, Ministério da Educação, etc. Em suma, **um professor nunca define sozinho e em si mesmo o seu próprio saber profissional**. Ao contrário, esse saber é produzido socialmente. (p. 12, grifo nosso)

É interessante articular essa ideia à análise desse tema tão inegavelmente contemporâneo – o tensionamento dos saberes docentes em meio a processos políticos recentes – porque, como vemos no trecho acima, a legitimidade da atuação dos professores é garantida por um sistema amplo de instituições (universidade, administração escolar, sindicato...) e não por um corpus de saberes definitivos. Resta óbvio, portanto, que é algo historicamente mutável, a depender dos caminhos que essas instituições seguirem em meio à realidade social e política de cada tempo. Uma das disputas nesse campo que exemplifica a historicidade desses saberes é, por exemplo, a defesa de que o saber docente dos peritos da educação básica seja realmente entendido como um saber. Era comum, e ainda é em alguns espaços, considerar professores da educação básica como “operários” do saber, somente “aplicando” aquilo que a universidade produz; ou seja, vendo de maneira hierárquica a relação entre universidade e escola, onde somente a universidade tem sua relação com um saber legítimo incontestada. Tanto é que, ao mesmo tempo que temos tido ações importantes nas últimas décadas para aproximar professores da universidade, como as pós-graduações voltadas à formação docente hoje vinculadas ao programa Mais Professores⁴, por outro lado uma longa série de políticas públicas vêm minando a autonomia docente, partindo desse pressuposto da ausência de saberes próprios e agravando o status da categoria como “aplicadores de currículos” (Zajac; Cássio, 2023; GEPUD; REPU, 2025)

Outra forma de pensar esse sistema de instituições que dão sustentação ao ofício docente foi desenvolvida por Yves Chevallard, quando ele desenvolveu uma reflexão não tanto sobre os professores, mas sobre como os saberes circulam na sociedade. Segundo

⁴ Refiro-me aqui ao mestrado profissional em ensino de história – ProfHistória, em educação inclusiva - ProfEI, em educação física - ProEF, em geografia - ProfGeo, em artes - ProfArtes, em filosofia - ProfFilo, dentre outros similares. Esses programas têm caráter interinstitucional, são focados em áreas de ensino e dedicados a garantir acesso à formação continuada para professores da educação básica. Atualmente alguns já contam também com doutorados.

ele, estes teriam vários habitats e funções diferentes de acordo com o espaço onde se encontram, o que ele chamou de *ecologia dos saberes* (2000). Chevallard critica a epistemologia, afirmando que ela se focou excessivamente em estudar a produção do saber, e pensou pouco em sua circulação. Desta discussão o que nos interessa aqui é que pensar os saberes escolares é pensar a vida dos saberes na sociedade, e que estes têm uma relação umbilical com o conhecimento científico mais amplamente reconhecido enquanto saber. É nesse sentido que considerar os professores parte dos sistemas de peritos torna-se relevante para entender o contexto informacional atual.

Peritos sob ataque

A antropologia tem sido frutífera em interpretar de maneira criativa os processos de desinformação que têm povoado o ambiente informacional. Esse campo tem saído de uma chave interpretativa que foca no falseamento e na negatividade desses fenômenos, e pensando o que esses processos dizem sobre transformações potencialmente estruturais na organização social estabelecida. Alguns desses estudos, por exemplo, vêm indicando como conceitos que têm sido utilizados como chaves de análise frequentes, como o de negacionismo, podem empobrecer nossa compreensão de certos agrupamentos que na realidade são mais ambíguos do que esse termo dá a ver (Costa, 2021; Cesarino, 2022; Figueiredo, 2023; Holanda, 2023; Almeida, 2025). Os processos que quero discutir aqui giram em torno da relação da sociedade com os saberes e, especificamente, com os indivíduos que encarnam esses saberes por meio do seu trabalho.

Que função o saber científico desempenha em sociedades democráticas? Após a Segunda Guerra Mundial estabeleceu-se a ideia, nestas sociedades, de que as políticas estatais deveriam se embasar em conhecimento científico confiável. Mas para além dessa dimensão prática na produção da ação estatal, esse conhecimento também desempenha papel central na definição de uma realidade compartilhada socialmente. Segundo Leticia Cesarino (2021, p. 77), “a grande meta função da ciência em sociedades complexas como as nossas é produzir ordem por meio da confiança social em um sistema de peritos”. A ideia de produção de ordem aqui significa um ordenamento do mundo, uma estabilização dos sentidos. Os peritos são os indivíduos que produzem balizas confiáveis para a

organização da sociedade e do mundo. O tensionamento desses sistemas de peritos é, nesse sentido, um espelhamento da ascensão de extremismos: “(...) reconhecendo a crise de confiança na ciência e na política como sendo, sob o ponto de vista da explicação cibernética, a mesma crise” (Cesarino, 2022, p. 145).

Ao falar dessa conjuntura nos termos de uma reorganização de formas de produção de verdade (Cesarino, 2021), devemos pensar nas oportunidades analíticas que surgem a partir dessa libertação do olhar negativo sobre esses fenômenos. A reflexão sobre a condição da pós-verdade conforme delineada por Rafael Antunes Almeida (2025) é direta ao ponto: o falseamento ou a negação são menos importantes do que como se tornou fácil produzir mundos outros. Nas palavras de Almeida:

Isto é, o que chamamos de “negacionismo científico” e “pós-verdade”, embora certamente comporte a negação de enunciados tomados como válidos por comunidades científicas, parece estar *mais próximo de uma situação societal marcada pela presença de um conjunto de aparatos secretores de realidades alternativas catalisadas pela facilidade com que se espalham em ambientes digitais*, com diferentes graus de aderência por parte de uma audiência/público, que age como colaboradora (Kalpokas, 2019) em tais processos. (2025, p. 4, grifo no original)

O mundo atravessado pelas redes digitais é marcado pelo excesso de produção de conteúdo e de dados: Zuboff (2021) estuda como a facilidade da produção de dados, e o uso destes no plano de negócios da jovem Google, foi um ponto de não-retorno na história recente do capitalismo. O excesso tem sido a marca do ambiente informacional, além, evidentemente, da aceleração (Chun, 2017). Essa entropia gerada pelas propiciações da digitalização pode gerar uma sensação de desordem, ocasionando situações liminares onde esse sentimento será resolvido por meio de inversões. Cesarino (2022) fala de como a aceleração e as possibilidades criadas pelas plataformas podem gerar processos onde públicos antiestruturais, isto é, constituídos na inversão das normas estabelecidas, são tidos como soluções para reordenamento do mundo.

Por exemplo, a figura do professor é usualmente associada à criação de condições para autonomia, o conhecimento crítico, a emancipação. O direito à educação é associado

à busca por igualdade e liberdade. Ao longo dos anos 2000, no entanto, o significativo doutrinação, que teve papel central nessa instrumentalização das relações de ensino-aprendizagem, tornou-se uma forma de demarcar uma fronteira entre amigo e inimigo (Penna; Aquino; Moura, 2024). Em meio à entropia em alta, a educação vai se tornando repertório da reorganização da direita (Rocha, 2018) através da inversão das ideias geralmente associadas ao professor: de agente da liberdade ele passa a representar a manipulação e o aparelhamento.

Em texto anterior, pensando o tema da *red pill* (Aquino, 2024) desenvolvi a ideia de como as demandas por um combate fervoroso contra a doutrinação nas escolas desempenha o papel de um mecanismo iniciador da entrada nesses mundos invertidos, onde valores democráticos e consensos científicos podem ser questionados com base em suspeitas e conspirações. Esse medo dos professores doutrinadores, responsáveis por sexualizar crianças, ameaça que deve ser combatida com uma atuação categórica dos pais na defesa de seus filhos perante escolas aparelhadas, é um dos aparatos que produzem mundos paralelos – vide a Brasil Paralelo, surgida na demanda por uma cultura histórica que não passasse pelos professores de história e que corrigisse as suas manipulações (Cleto, 2024) – e que enquanto tal funcionam como dobradiças entre o mundo hegemônico e esses mundos invertidos, onde as escolas são lugares dos quais a mente dos filhos deve ser blindada e protegida.

Perseguição a professores: desintermediação e reintermediação

Enquanto discursos bélicos dirigidos a peritos que incorporam mais diretamente a figura do cientista – isto é, membros de instituições do ensino superior ou de outras instituições de pesquisa acadêmica – são rapidamente associadas a negacionismo ou desinformação, esse tipo de ação dirigida a peritos na educação básica é percebida de outra forma. Quando se trata dos movimentos antigênero e Escola sem Partido, assim como seus impactos sobre a educação básica, essa desconfiança é lida como atos de perseguição e violência que não diferem qualitativamente de outras formas de deslegitimação da profissão como o desfinanciamento ou a hiperexploração, por exemplo. Ou seja, a posição desses peritos na vida dos saberes na sociedade é invisibilizada por

causa dessa hierarquia dos saberes, em meio à banalização do sofrimento docente, algo que Caroline Fanizzi (2025) habilmente chama de precariedade simbólica do ofício de ensinar. Isto quando essa perseguição é pensada em si mesma e não se dilui em estudos excessivamente focados no Escola sem Partido, em uma forma de subteorização desse processo (Penna; Aquino; Moura, 2024).

O que venho chamando de perseguição até aqui compreende atos em série ou isolados que, por sua vez, se aproveitam da porosidade do sistema de instituições descrito por Tardif à incidência de atores externos a esse circuito para desestabilizar os saberes docentes estabelecidos; projetos de lei, ofícios do poder legislativo ao poder executivo, ativismos com base nos territórios, produção de conteúdo, enfim, as estratégias são variadas. Essas iniciativas manifestam, no âmbito da educação básica, essa reorganização das formas de produção de verdade (Cesarino, 2021, 2022). Essa onda persecutória, disseminada pelo país e por todas as áreas de atuação na educação (ONVE, 2025) foi incensada por um discurso de ódio contra professores que adotou padrões imagéticos de construção de um inimigo a partir das oposições bem/mal, puro/impuro, como se vê nos memes analisados por Fernando Penna em texto publicado à época em que esse discurso crescia intensamente (Penna, 2016). Esse vocabulário imagético foi analisado por Cesarino (2020) a partir dos memes bolsonaristas circulados no ano em que Jair Bolsonaro venceu a eleição.

A perseguição enquanto fenômeno social tem uma história longa e uma mais recente no Brasil. Ela remete à longa história da profissão docente, às instituições que fizeram o papel de sistemas reguladores da mesma, assim como ao anticomunismo e seus momentos de ápice, e à história mais recente de reorganização da direita e, posteriormente, da extrema direita (Rocha, 2018; Neto, 2025). Até 2020 o grupo Escola sem Partido era um sujeito incontornável nesse cenário, com o aporte de grupos como o Movimento Brasil Livre (Araujo, 2023), o conservadorismo religioso católico e neopentecostal, intelectuais da direita como Olavo de Carvalho, a Brasil Paralelo, e toda uma gama de figuras políticas chegando aos parlamentos conforme a direita se fortalecia (Moura; Aquino, 2020; Aquino; Moura, 2022). Com o passar dos anos, o vocabulário segundo o qual professores doutrinam se estabeleceu como pilar da realidade para estes

grupos, de tal forma que ela se enraizou no ambiente escolar: pesquisa recente indica que mais da metade de todos os educadores do país, de todas as regiões, já passaram diretamente por experiências de censura; muitas destas cometidas não por influenciadores ou figuras políticas, mas sujeitos internos à comunidade, como profissionais da área pedagógica, famílias e estudantes (ONVE, 2025).

Essa pluralidade de agentes ajuda a explicar como esse fenômeno se tornou cotidiano, uma nova característica do trabalho nas escolas. A meu ver, essa é uma manifestação *offline* de dinâmicas que se estabelecem a partir das possibilidades criadas pela digitalização do mundo de conectar intensa e rapidamente o espaço *online* e o *offline*. A manifestação *online* desse circuito, que na verdade é causa e consequência dessa conjuntura, é aquilo que com o apoio de Rodrigo Nunes (2022) venho chamando de empreendedorismo político a partir da análise do combate à doutrinação praticado enquanto nicho de mercado.

A digitalização do mundo nomeia um processo complexo de relações entre humanos e máquinas agora envolvidos em circuitos cibernéticos, a tal ponto que as ideias de causa e consequência perdem capacidade explicativa. Nesse sentido, a mobilização do pensamento de Gregory Bateson feito por Cesarino (2020, 2021, 2022) se torna relevante aqui. A dependência de *smartphones* para efetuar diversas tarefas da vida, a aceleração promovida pelas plataformas digitais e suas *timelines* infinitas (Chun, 2016), e aquilo que Alice Marwick e Danah Boyd chamam de colapso de contextos (2011) são características da atual conjuntura que indicam o impacto do processo de plataformização de internet sobre os processos de subjetivação contemporâneos.

O tempo acelerado contribui para a sensação de urgência, desordem e instabilidade, dificultando a pausa e a interrupção de processos de violência e radicalização. Esse choque de contextos, por sua vez, remete à uma propriedade do nosso tempo que é a facilidade de convergir contextos muito diferentes, que vão se impactar mutuamente e talvez serem desorganizados no processo. As filmagens de sala de aula e gravações de voz são postadas nessas *timelines* e abraçadas por figuras com grande público, gerando impactos severos para os professores expostos e para as escolas, que passam a ter que responder a pais raivosos, parlamentares proativos, e secretarias de

educação preocupadas com a imagem da instituição. O silenciamento desses profissionais, através da censura direta ou da autocensura para proteger o próprio emprego, são momentos de um processo de desintermediação (Cesarino, 2022). Esses peritos são imbricados em circuitos acelerados e mais longos do que a sala de aula e a escola onde trabalham, e não têm a legitimidade do seu saber – social, como Tardif diz e, portanto, dependente dessa rede de legitimação – reforçada. Nesses circuitos alongados, outros mediadores se fazem, sujeitos estes que aprenderam a manejar os vieses da infraestrutura, a navegá-la, e se constituem em figuras de confiança nesse novo cenário, em um processo de reintermediação (Cesarino, 2022, p. 140).

Nessa infraestrutura informacional o *online* e o *offline* são conectados por circuitos rápidos. Isso é feito a partir dos memes, dos vídeos, das *trends*, e do papel organizativo desempenhado pelos novos mediadores no espaço digital que vêm emergindo nesse momento de transformação nas formas de produção de verdade. Esses novos mediadores que estou me referindo podem ser coletivos extremistas, associações, ONGs, escolas privadas com postura ativamente conservadora, comunidades religiosas, parlamentares. Há formas de atuação explicitamente mercadológicas, religiosas, militantes, profissionalizadas. Essa multiplicidade é o que estou chamando aqui de ecologia do combate à doutrinação.

Empreendedorismo como forma de organização

O conceito de ecologia utilizado aqui remete à discussão feita por Rodrigo Nunes (2023) em torno de uma renovação nos debates sobre organização. Para ele, ecologia seria como uma rede distribuída de relações que atravessam e reúnem diferentes formas de ação (agregada, coletiva) e de organização, a partir de um conceito ampliado de organização (Nunes, 2023). Considero esse conceito especialmente frutífero pelo destaque que ele dá ao ambiente das relações; ou, melhor, a como as relações criam ambientes. Uma ecologia dispensa a necessidade de contatos entre todos os seus membros; ela é vista enquanto um ente em si a partir da atuação dos sujeitos nesse ambiente compartilhado. Isto é, ao invés de analisar a atuação política de um grupo a partir da categoria “movimento social”, que tem perdido capacidade explicativa frente às

mudanças nas formas contemporâneas de produção de pertencimento e de atuação consertada, especialmente por causa da digitalização, com a ideia de ecologia continua sendo possível visualizar a atuação coletiva e consertada dos sujeitos a partir desse ambiente compartilhado.⁵

O empreendedorismo político delineado aqui não se constitui enquanto movimento. Ele não faz referência a formas organizativas historicamente conhecidas; e, no entanto, alcança resultados significativos — é possível ver nas escolas o efeito de uma ação agregada para silenciar professores. Por isso falamos de uma ecologia: estamos frente a uma teia de relações que se constituem em um ambiente formado pelas ações dos sujeitos no combate à doutrinação, que não se organizam de maneira nacional em assembleias, mas há organização ainda assim, que emerge nas formas de produzir conteúdos que são aprimoradas a partir dos circuitos cibernéticos estabelecidos nas redes sociais, onde os sujeitos vão expondo professores e discutindo o tema da doutrinação a partir das métricas de conteúdos anteriores sobre o mesmo assunto. Minha aposta é que o empreendedorismo é uma das formas organizativas que mantêm essa ecologia ativa.

Diferentes sujeitos desempenham funções diversas e com graus de radicalidade variáveis. Produtores de conteúdo da direita e extrema direita, líderes religiosos, parlamentares, diversos profissionais que utilizam as redes para divulgar seu trabalho e para isso utilizam da gramática conservadora, funcionam como *nós* nessa ecologia. Há figuras mais radicais e extremas, e há figuras apaziguadoras. Essas diferenças não são contradições, mas indicativos de uma ecologia saudável e com potencial hegemônico sobre o social: aqueles que produzem um discurso menos bélico, mas ainda assim difusor das ideias que podem funcionar como pílulas vermelhas, funcionam como porta de entrada para espaços online que podem levar a ciclos de aprofundamento nesse outro mundo.

⁵ Converso aqui com o texto de Szwako (2025) que, em suma, reduz a gravidade da desinformação atualmente porque não existem “movimentos negacionistas”, isto é, grupos que se reconheçam nessa identidade comum e mantenham organização constante de ataque a consensos científicos. O que o autor não aborda é que, presentemente, as formas de organização política, perpassadas pelo circuito online-offline, também se apresentam de maneira diversa. Enquanto seu lembrete de que não há identidade negacionista seja fundamental, a extrapolação para a necessidade de existir um movimento para existir uma organização não se sustenta, como a argumentação de Rodrigo Nunes (2023) indica.

Parece-me que essa produção de conteúdo em cima das situações de sala de *vampiriza* a energia da sala de aula, canalizando-a para processos organizativos na outra ponta do circuito. A conexão entre energia e organização é feita por Alexander Bogdanov (2024), intelectual russo que buscou produzir, no início do século XX, uma ciência universal da organização: a tectologia. Para ele, organização é toda junção de elementos mediante dispêndio de energia (2024, p. 82). Inspirado na termodinâmica, e em profundo contato com o pensamento científico de seu tempo, marcado pelo pensamento de Albert Einstein, Bogdanov buscou desenvolver um ponto de vista universal, para isso generalizando a ideia de organização para todos os elementos do mundo: orgânicos e não orgânicos, humanos e não humanos. Como resume Rodrigo Nunes, na introdução ao livro:

Tudo é organizado, do inorgânico à matéria viva, o que equivale a dizer que *tudo organiza* – todo evento que ocorre é pensável como um ato produtor de organização – e, finalmente, que tudo *se organiza* – isto é, que o universo como um todo é um fenômeno auto-organizado que consiste na constante organização, desorganização e reorganização de suas partes (...) (Nunes, 2024, p. 16)

A organização funciona, de maneira similar à cibernética utilizada como lente por Cesarino (2022), como uma forma de olhar situações e ver antes a estrutura do que está acontecendo, mais do que o conteúdo. Nas situações de perseguição descritas aqui, com particular atenção ao papel daqueles que manejam as possibilidades das redes sociais digitais nesse campo, o que parece estar em jogo é uma forma de vampirização da energia circulada nas escolas durante os processos de ensino-aprendizagem, notoriamente vibrantes, de maneira que essa energia é deslocada do aprendizado e da confiança entre estudantes e professores e canalizado para os perfis que difundem cenas escolares sob o chamariz de professores pegos em flagrante no ato da doutrinação. Em 2024 escrevi uma coluna (Aquino, 2024) analisando a mobilização bolsonarista em torno da Conferência Nacional de Educação onde utilizei o termo vampirização. É interessante notar que, de fato, aquela mobilização gerou uma onda organizativa naquele grupo, atualmente

presente em diversas ONGs e perfis que vêm se estabelecendo no ecossistema dos perfis que discutem educação e doutrinação.⁶

Interessante destacar como essa conjuntura também fala da situação atual do mundo do trabalho. O empreendedorismo em redes digitais é algo especialmente forte no Brasil. O relatório do DeepLab (Pinheiro-Machado et al., 2024), com dados raspados do *Instagram* sobre como pequenos empreendedores atuam na plataforma, mostra um cenário de pasteurização das carreiras de trabalho, hegemonia do discurso conservador e um ambiente digital estruturado em forma de pirâmide. Isto é: para conseguir ter espaço na plataforma, algo necessário para divulgar seu trabalho, esses trabalhadores aderem a uma forma pasteurizada de se apresentar, apresentar seu ofício e construir sua imagem pessoal. O relatório também fala de uma migração em massa para essa plataforma. Sob essa ótica, o fenômeno estudado aqui, qual seja, a perseguição a professores como nicho de empreendedorismo político que lança luz sobre como essa reorganização nas formas de produção de verdade tem funcionado, também fala de transformações significativas no mercado de trabalho informal brasileiro.

Considerações finais

Tentei abordar aqui brevemente como o enquadramento de professores do ensino básico como peritos nos permite analisar de maneira mais interessante aquilo que tem sido chamado de combate à doutrinação. Os sujeitos que conduzem esses processos atuam a partir de espaços diferentes, o que pode indicar um uso algo consciente por parte desses atores do fato de se organizarem enquanto ecologia. Eles usam diferentes lugares (mídias digitais, cargos legislativos, judiciário, Poder Executivo) para avançar suas pautas em diferentes frentes. Ante sujeitos vulneráveis nas escolas – professores precarizados em vínculos frágeis e climas escolares pouco democráticos – o empreendedorismo político da direita não encontra mecanismos que interrompam seu uso predatório da energia (Bogdanov, 2024) produzida nas relações de ensino-aprendizagem.

⁶ Esses dados fazem parte do mapeamento de perfis relevantes para a presente pesquisa. Um exemplo dessa organização pode ser vista no site da instituição Confederação Nacional das Associações de Pais de Alunos (Confenapais), entidade que foi utilizada para que esses grupos tivessem participação institucional na CONAE 2024. Ver <https://confenapais.org.br/>. Acesso em: 20 out. 2025.

O desenho apresentado aqui é o panorama de uma pesquisa em curso. Para analisar essas formas empreendedorísticas pretendo mapear no Instagram essa ecologia de atores que ajudam a manter esse ambiente ativo. Além disso, o estudo partirá de um ponto historiográfico, analisando as postagens do grupo Escola sem Partido nas redes sociais *Instagram*, *Twitter* e *Facebook* para estudar o desenvolvimento desse *know-how* da perseguição a professores. Embora um tema bastante estudado, geralmente não se dá atenção à dimensão sociotécnica da atuação desse grupo e desse tema como um todo. Com isso, espero contribuir à compreensão de uma dimensão dessa condição de pós-verdade, qualificando o debate público especialmente em torno de políticas públicas que protejam todos os sujeitos envolvidos na garantia do direito à educação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rafael Antunes. *Elementos para uma antropologia da pós-verdade: uma introdução*. 2025. [No prelo]
- AQUINO, Renata. O discurso da doutrinação como uma red pill: abusos da educação para empreendimentos e inversões. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 7, n. 22, 2024.
- _____; MOURA, Fernanda. Mapeamento da produção legislativa antigênero no Brasil recente: as funções do parlamento na ecologia ultraconservadora. In: *Gênero e políticas educacionais*. São Paulo: Ação Educativa, 2025. [No prelo]
- ARAÚJO, Arianne Rebouças. *Professores de história em tempos de autoritarismo: experiências de resistências à perseguição nas redes pública e privada do ensino médio em Fortaleza-Ceará (2014-2022)*. 2023. Dissertação (Mestrado em História e Letras) – Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2023.
- BOGDANOV, Alexander; NUNES, Rodrigo. *Ensaio de Tectologia: A ciência geral da organização*. Trad. Jair Diniz Miguel. Rio de Janeiro: Editora Machado, 2024.
- CHUN, Wendy Hui Kyong. *Updating to remain the same: habitual new media*. Massachusetts: The MIT Press, 2017.

COSTA, Alyne De Castro. Negacionistas são os outros? Verdade, engano e interesse na era da pós-verdade. *Principia: an international journal of epistemology*, v. 25, n. 2, p. 305–334, 2021. DOI: [10.5007/1808-1711.2021.e79698](https://doi.org/10.5007/1808-1711.2021.e79698).

CESARINO, Leticia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & sociedade*, v. 1, n. 1, p. 91–120, 2020.

_____. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 23, n. 1, p. 73–96, 2021. DOI: [10.5007/2175-8034.2021.e75630](https://doi.org/10.5007/2175-8034.2021.e75630).

_____. *O mundo ao avesso: verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CHEVALLARD, Yves. *La Transposición Didáctica: Del saber sabio al saber enseñado*. Buenos Aires: Aique Grupo/Argentina, 2000.

CÔRREA, Sonia; PRADO, Marco Aurélio Máximo. A “ideologia familista” nas ofensivas contra gênero na educação: conexões conservadoras transnacionais. *Educação & Sociedade*, v. 45, p. e275372, 2024.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa*, p. 245–262, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000200010>.

FANIZZI, Caroline. O sofrimento docente e a precariedade simbólica do ofício de ensinar. In: BOTO, Carlota; CARA, Daniel; SANTOS, Vinício de Macedo (Org.). *Desafios e reinvenções da escola pública*. São Paulo: FEUSP, 2025.

FIGUEIREDO, Daniel de Jesus. O que os negacionismos negam? Gestão do oculto e produção da verdade a partir de uma etnografia da política no norte de Moçambique. *Anuário Antropológico*, v. v.48 n.2, p. 82–101, 2023.

GRUPO ESCOLA PÚBLICA E DEMOCRACIA [GEPUD]; REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE [REPU]. *Plataformização e controle do trabalho escolar na rede estadual paulista* [Nota Técnica]. São Paulo: Gepud / REPU, 03 jul. 2025. Disponível em: www.repu.com.br/notas-tecnicas; www.gepud.com.br/manifestacoes.html.

HOLANDA, Jorge Garcia de. *Estéticas de um mundo plano e estacionário: ciência, religião e conspiracionismo no ecossistema digital terraplanista*. 2023. Tese (Doutorado) - UFRGS, Porto Alegre, 2023.

HONNETH, Axel. Educação e esfera pública democrática: um capítulo negligenciado da filosofia política. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 13, n. 3, p. 544, 2014.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *A invenção da “ideologia de gênero”*: um projeto reacionário de poder. Brasília: Letras Livres, 2022.

MARWICK, Alice ; BOYD, danah. I tweet honestly, I tweet passionately: Twitter users, context collapse, and the imagined audience. *New Media & Society*, v. 13, n. 1, p. 114-133, 2011.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. *Em defesa da escola - Uma questão pública*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MOURA, Fernanda; AQUINO, Renata. *6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil*: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de ensinar. Brasília: Frente Nacional Escola sem Mordação, 2020.

Disponível em:

<https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2021/01/relatocc81rio-6-anos-de-projetos-de-censura-frente-nacional-escola-sem-mordaccca7a.pdf>. Acesso

em: 20 out. 2025.

NASCIMENTO, Leonardo; CESARINO, Leticia; FONSECA, Paulo; BARRETO, Tarssio; MUSSA, Vitor. Públicos refratados: grupos de extrema-direita brasileiros na plataforma Telegram. *Internet & sociedade*, v. 3, n. 1, 2023.

NETO, Odilon Caldeira. *Neo-Fascism and the Far Right in Brazil*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2025. DOI: [10.1017/9781009535472](https://doi.org/10.1017/9781009535472).

NUNES, Rodrigo. *Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

_____. *Nem horizontal nem vertical: uma teoria da organização política*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

_____. Do ponto de vista da organização: Bogdanov e a esquerda agostiniana. In: BOGDANOV, Alexander. *Ensaio de tectologia: a ciência geral da organização*: vol. 1. Trad. Jair Diniz Miguel. Rio de Janeiro: Editora Machado, 2024.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA VIOLÊNCIA CONTRA EDUCADORAS/ES. *Um estudo quantitativo sobre a perseguição de educadoras/es no Brasil*. Niterói: ONVE, 2025. (Ameaças à educação democrática, Vol.1) [No prelo]

PENNA, Fernando. O ódio aos professores. In: AÇÃO EDUCATIVA (org.) *A ideologia do Movimento Escola Sem Partido* – 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

_____; AQUINO, Renata. As operações que tornam a história pública. In: MAUAD, Ana; RABELO, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo. *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PENNA, Fernando; AQUINO, Renata; MOURA, Fernanda. Propondo uma definição de perseguição a educadoras(es) baseada na educação democrática. *Educação & Sociedade*, v. 45, p. e274629, 2024.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; MATHEUS, Jessica; ALVES-SILVA, Wagner; FRID, Marina; PETRA, Priscila; PENALVA, Janaina. *Mídias sociais como plataforma de trabalho digital: avaliando os impactos sociais, culturais e políticos da migração do mercado de trabalho para o Instagram*. Dublin: Digital economies and extreme politics, 2024.

ROCHA, Camila. “Menos Marx, mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SZWAKO, José. Os sentidos da crise ou manifesto reflexivo sobre negacionismos e ciências. *Estudos Avançados*, v. 39, n. 113, p. e39113141, 2025.

TARDIF, Maurice; RAYMOND, Danielle. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. *Educação & Sociedade*, v. 21, n. 73, p. 209–244, 2000.

_____. *Saberes docentes e formação profissional*. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ZAJAC, Danilo Rodrigues; CÁSSIO, Fernando. A aprendificação da pedagogia das competências na BNCC. *Educação & Sociedade*, v. 44, p. e270962, 2023.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

18

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância*. São Paulo: Editora Intrínseca, 2021.